

18.6.50 40

A CRÔNICA de Rubem Braga

NÃO SEJA "BOM MÔÇO"

IMPRESSIONANTE o artigo de Barbosa Lima Sobrinho no "Jornal do Brasil" de domingo. Falando não apenas com sua reconhecida autoridade moral que o exercício de muitos cargos importantes só fez aumentar, mas também com sua experiência de antigo procurador da Prefeitura do Distrito Federal, ele nos dá uma notícia triste. A criação do Estado da Guanabara e a nomeação do Ministro Sette Câmara para seu governador-interventor estão sendo aproveitadas pela Light and Power para armar um novo golpe contra a comunidade carioca.

Fui dos que saudaram a nomeação do Ministro Sette Câmara como um serviço prestado pelo Presidente Juscelino a este Rio que ele sempre tanto maltratou ou desprezou. O que tenho ouvido desse môço, que só muito ligeiramente conheço, é tudo a favor. Um homem de espírito público e nome limpo.

Espero que eu não me tenha — ou não me tenham — enganado. A evidência, entretanto, é que foi dispensado da Procuradoria-Geral o Sr. José Emídio para ser nomeado em seu lugar um outro em quem não é possível confiar como defensor dos interesses da comunidade diante da poderosa empresa canadense. Barbosa Lima Sobrinho escreve: "...o dever me impõe esta atitude, declarando, de público, que o Estado da Guanabara não ganhou coisa alguma com a troca, no que diz respeito com as questões da Light". Adverte que as grandes conquistas e as maiores vitórias da Companhia "chegam sempre assim, na liquidação dos períodos de Governo, na hora em que se mudam as situações" e que a mudança de Distrito para Estado oferece "margens maiores" a essas ações.

O Governador Sette Câmara não pode ignorar essa denúncia, vindo de quem vem. As relações com a Light são a pedra de toque de qualquer administrador do Rio. Não pretendemos que se prejudiquem os interesses legítimos da empresa, nem que se esfole o simpático e inteligente Dr. Antônio Gallotti, seu presidente. O que desejamos e que os atos administrativos defendam os interesses do público e não os da empresa; e nas questões judiciais não é exagero pedir que os procuradores sejam realmente advogados do Governo e não da Light, que já os tem de sobra, e excelentes.

A questão é enorme, pelos interesses da Fazenda que envolve; mas é também miudinha porque atinge cada pobre habitante desta cidade na hora de pagar a conta do gás, da luz, do transporte. Reexamine o assunto o Governador Sette Câmara, e não queira ser "bom môço" em um caso desses que pode comprometer de maneira irremediável sua administração.